

A maldição do Estado: Anotações sobre a trivialização do político

Elísio Macamo, Universidade de Basileia

I

Voltou a estar na moda falar da maldição dos recursos ou, para usar terminologia de Joseph Stiglitz, do paradoxo da abundância. Eu vejo outro tipo de maldição, e acho mais premente que a nossa reflexão se debruce sobre ela. Vejo a maldição do Estado em África, no geral, e em Moçambique, em particular. O Estado é uma maldição porque a forma como ele chegou até nós, a maneira como nós tentamos domesticá-lo e, finalmente, o contexto do discurso do desenvolvimento dentro do qual conferimos a ele um papel especial, faz dele uma arma letal contra aquilo que mais precisamos neste momento. Refiro-me à política, esse espaço difuso de negociação das condições de convivência, esse espaço em que direitos, obrigações, deveres, problemas, soluções, interesses, conflitos, visões, projectos, expectativas se articulam para constituir, constantemente, novos espaços de possibilidade.

É sobre a trivialização desses espaços de possibilidade que gostaria de falar hoje. Fá-lo-ei com algumas anotações sobre, primeiro, a ideia do desenvolvimento, segundo, sobre o Estado importado e, finalmente em terceiro lugar, sobre a nossa experiência de construção de Estado. Espero que isso me permita produzir elementos suficientes que me ajudem a vincar a importância de olhar para os desafios que os recursos naturais nos colocam não como um problema essencialmente económico, mas sim político, *sim*, de vontade política como Carlos Castel-Branco tem dito, mas uma vontade política que se não reduz à identificação da melhor política económica, mas sim da política económica possível dentro das nossas circunstâncias.

II

Não sei como agradecer a honra que o IESE me faz ao me dar o privilégio de proferir a conferência de abertura deste importante

encontro. Nunca escondi a minha admiração não só pelas pessoas que estão por detrás desta instituição e do seu projecto intelectual, como também pelo importante trabalho que têm desenvolvido de fazer do nosso país objecto de estudo, o que para mim significa, acima de tudo, oportunidade para reflectir, mas também para aprimorar os instrumentos através dos quais conferimos realidade a ele.

Faz-me mais honra ainda saber que o IESE me convidou a fazer esta conferência mesmo sabendo que sou fã confesso de alguém que não parece gostar muito do próprio IESE, muito menos de alguns dos seus membros, algo que o IESE e os seus membros retribuem à mesma medida. Suponho, contudo, que mais do que as pessoas por quem eu ou o IESE morremos de amores, tenha pesado muito a necessidade de fazer justiça a esta conferência transformando-a naquilo que ela quer realmente ser, nomeadamente um espaço de debate e discussão. Que melhor pessoa, modéstia à parte, pode dar o pontapé de saída nessa empreitada do que um sociólogo, sabido que é que o IESE, apesar de todos os encómios merecidos, é um lugar que pensa Moçambique a partir da economia e da ciência política, duas disciplinas com as quais a sociologia, por ser mesquinha, e para usar linguagem actual moçambicana, prefere manter hostilidades intelectuais. Mas com este convite tudo indica que a sociologia foi amnistiada...

Na verdade, um sociólogo que se preze gosta de pensar que podia ter sido economista, se tivesse querido ser, mas porque quem faz sociologia é por definição uma pessoa honesta, preferiu virar as costas à economia, mandar às urtigas, como dizem os brasileiros, o estudo das escolhas e privilegiar o estudo do que impede que as pessoas tenham essas escolhas, para usar um adágio popular. Um sociólogo, se me permitem este desabafo antes de regressar ao tema, nomeadamente a maldição do Estado, é alguém que diz as coisas como elas são. Vem-me à memória, só para vincar as diferenças entre a sociologia e a economia, a história de alguém que perguntou a três pessoas quanto era $2+2$. A primeira pessoa, que era um sociólogo, respondeu que era 4 em virtude duma convenção social nesse sentido; a segunda pessoa, que era um matemático, disse que era 4 porque a soma de duas unidades numa função linear só dava nisso. A terceira pessoa, ao ouvir a pergunta, pediu ao curioso que fechasse todas as janelas, corresse as

cortinas e em seguida, em voz baixinha, perguntou: quanto queres que seja? Essa pessoa era economista...

Mas era um economista duma outra espécie. Não era o economista que se interessa pela economia política como os há no IESE, aqueles economistas que não olham para a economia como um exercício de modelação da realidade sem nenhuma relação com a vida real. Não era o economista da espécie da Professora Jayati Ghosh, a pessoa, realmente, que devia ter proferido esta conferência de abertura a julgar pelo programa inicial que me chegou às mãos. E espero que não haja tom de recriminação na minha voz ao dizer isso, pois o facto de eu substituir uma economista com o renome da Professora Ghosh honra-me ainda mais. Conheci-a há três anos numa conferência em Rabat onde ela me foi apresentada por outro economista da mesma espécie, Jomo Kwame Sundaram, na altura ainda secretário geral adjunto das Nações Unidas para a área económica e social, e fiquei, como muita gente fica quando ouve a sua voz de bom senso a falar, fascinado com a sua visão das coisas e como ela tenta tornar a economia útil para a vida real. Li algumas coisas, incluindo o estudo que ela fez sobre o suicídio rural na Índia – que produziu 178 recomendações! – mas o que melhor conheço é o seu trabalho ensaístico no “The Guardian”, onde ela com bastante simplicidade e perspicácia analisa os problemas mais complexos da economia internacional a partir dum lugar de enunciação que se encontra fora do centro do mundo. Por ser relevante para a minha reflexão de hoje chamo a vossa atenção para um artigo dela sobre o Prémio Nobel de Economia. Ela não concorda com a sua existência por achar, entre outras coisas, que ele contribuiu não só para discriminar contra as mulheres e economistas da periferia, mas também, e sobretudo, para impôr certas ortodoxias.

A crítica da Professora Ghosh ao Prémio Nobel de Economia não é apenas a crítica duma ortodoxia que nos tem feito mal a nós também aqui em Moçambique, sobretudo quando ela vem disfarçada de ajuda como tem sido o caso na nossa relação com o FMI e com o Banco Mundial. Essa crítica é também uma crítica a uma maneira de abordar o mundo que não me parece ter nenhuma sensibilidade para as coisas do mundo da vida, para utilizar termos da fenomenologia. Essa abordagem consiste na forte convicção em duas coisas. **Primeiro, que existe uma solução técnica para todo o problema. Segundo, que a resolução**

de todo o problema depende essencialmente da aplicação dessa solução técnica. Quando esta conferência do IESE se propõe falar sobre o “Estado, Recursos Naturais e Conflitos” acho que, na verdade, ela quer discutir problemas relacionados com esta convicção problemática. O “boom” de recursos em Moçambique, ou em qualquer outra parte do continente africano, coloca-nos perante o problema de sabermos como lidar com esta convicção. Eu vou tentar explicar isto tudo ao longo desta alocução, mas como a questão é bem complexa não prometo fazê-lo de forma exaustiva. Vou apenas sugerir algumas notas soltas para reflexão na esperança de que algumas ideias sirvam de estímulo para mais reflexões ao longo da conferência.

III

O problema da crença na solução técnica não é essencialmente económico. Ele apenas se manifesta ao nível dessa disciplina de forma mais vincada. Há uma visão ingénuo da economia clássica – e que o neo-liberalismo tem tratado de difundir como ortodoxia – que acredita na ideia de que o crescimento económico constitui a solução para o problema da pobreza. Mesmo pensadores mais progressistas – como Marx, por exemplo, ou mesmo Amartya Sen nos dias de hoje que prefere falar de falta de capacidades – estão de certo modo reféns desta simples equação, uma vez que as soluções por eles preconizadas também assentam no crescimento económico. Mas quem lê Adam Smith com cuidado, por exemplo, vai constatar que ele próprio chegou à conclusão de que a pobreza pudesse ser companheira inseparável do crescimento económico, uma constatação que o levou a uma certa visão trágica do próprio capitalismo. Mas se as coisas são assim, e eu acho que elas são mesmo assim, então, o problema com o qual estamos a lidar é mais geral e tem a ver com a forma como vamos viver com a questão ética que o capitalismo nos coloca.

Ao fazermos isso, estaremos a reflectir sobre a concepção que temos do político, isto é daquilo que diz respeito à vida política. E isso, por sua vez, está relacionado com a própria ideia do Estado. Há essencialmente três tipos de problemas relacionados com a ideia do Estado que me parecem importantes para a reflexão. Um é epistemológico, isto é relativo à teoria de conhecimento por detrás da forma como

conceitualizamos o desenvolvimento; o outro é externo e tem a ver com a natureza do Estado que importamos; e, finalmente, o último é interno e diz respeito à história de implantação do Estado entre nós. Não me parece possível falar de “Estado, Recursos Naturais e Conflitos” sem olhar para estes problemas.

IV

A ideia do Desenvolvimento

A reflexão tem que começar com a ideia do desenvolvimento. Tornou-se um truísmo pensar que o desenvolvimento seja o destino de todo o país, sobretudo nos países onde ele está ausente quando se usam como critérios os indicadores que andam por aí, tipo IDH, PNB, etc. Sem dúvidas, a ideia do desenvolvimento é útil do ponto de vista normativo, pois ela sintetiza o que devem ser as aspirações duma nação assim como os critérios que se podem usar para medir o desempenho dessa nação. O grande problema com esta ideia, contudo, é que ela assenta em três tipos de equívocos que, juntos, paradoxalmente inviabilizam o desenvolvimento.

O primeiro equívoco consiste na falácia do jogador da sorte (ou do azar). É a ideia de que o mundo é justo e que ele recompensa apenas (ou na maior parte das vezes) aquele que faz tudo bem. O mundo é o que é e está-se basicamente nas tintas para o que os homens e mulheres fazem. Basicamente, se um país está bem do ponto de vista dos critérios que medem o desenvolvimento é porque ele fez tudo bem; se está mal, é porque fez tudo mal. O Botswana está bem porque fez tudo bem (incluindo o facto de Seretse Khama se ter casado com uma inglesa e ter estudado na Universidade de Oxford...) e Moçambique está mal porque está a fazer tudo mal (incluindo albergar barões da droga e ter presidentes que criam patos). Esta ideia ignora um aspecto muito importante, nomeadamente que a justiça é uma propriedade da sociedade humana, e não do mundo. Reduz-se a complexidade do mundo às fórmulas simples que usamos para o entender, fórmulas essas que não coincidem necessariamente com a realidade. É como dizia o filósofo pragmático americano, Richard Rorty. *O mundo não*

fala, nós é que falamos. Por isso, o mundo nunca está enganado, só nós é que nos enganamos...

O segundo equívoco é algo complexo porque envolve dois elementos. Dum modo geral, o equívoco consiste na transformação (ou tradução) de todo o problema social, cultural, político e económico num problema essencialmente técnico. Isto é, talvez, uma manifestação do contexto de modernidade em que vivemos, ou daquilo que o filósofo alemão Jürgen Habermas chama de razão instrumental. Os dois elementos através dos quais o equívoco se manifesta são, por um lado, (a) a problematização do desenvolvimento como uma questão meramente técnica e, por outro lado, (b) a expectativa de que os países que se querem desenvolver produzam pessoas perfeitas. A forma mais simples de explicar o *primeiro elemento* é de pegar nas várias políticas de desenvolvimento que são formuladas lá fora. Quando um país como a Alemanha, por exemplo, formula a sua política de auxílio ao desenvolvimento o que o seu parlamento aprova e vai ser a base da sua intervenção em África, por exemplo, não é necessariamente a solução perfeita para o problema do desenvolvimento. Essa política é a solução politicamente possível na Alemanha, isto é tendo em conta todo o tipo de arranjos que precisam de ser feitos ao nível interno (coligação, interesses, etc.). Não obstante, quando esta política atravessa as fronteiras alemãs e chega até nós, a expectativa (deles e de alguns de nós) é que tratemos essa política como algo meramente técnico que no nosso país não pode mais ser sujeito ao tratamento político (incluindo, por exemplo, usar o auxílio para fins partidários...).

É dessa expectativa que nasce essa tendência nefasta da indústria do desenvolvimento de procurar sempre por culpados pelo que não aconteceu (e devia ter acontecido). A situação é um pouco como nas profecias milenaristas como a que se abateu sobre os Xhosa no século XIX (*The Great Xhosa Cattle Killing Movement*). De cada vez que não acontece o que devia ter acontecido, procura-se por bodes expiatórios. É neste contexto que vejo coisas como a corrupção, a má-governança, a falta de compromisso com o bem estar do povo. Naturalmente que são coisas que influem no desempenho. Mas elas não são a razão do mau desempenho, isto é não é por causa dessas coisas que não nos desenvolvemos, seja qual for a coisa que nos vai na cabeça quando

usamos essa palavra. *Antes pelo contrário, essas coisas são criadas pela crença na integridade do pacote técnico.*

O segundo elemento encaixa perfeitamente, pois ele consiste na ideia segundo a qual a ausência do desenvolvimento se explicaria pela ausência de gente perfeita. Gente perfeita é gente que não rouba do Estado, não faz sorna, tem apenas o interesse do povo no coração, etc. Seria bom, naturalmente, mas é óbvio que tamanha expectativa é ingênua e extremamente problemática. Os países que se desenvolveram não o fizeram porque foram dirigidos por gente perfeita. Todas as evidências empíricas revelam que esses países se desenvolveram apesar de terem sido dirigidos por gente assim. Se tivesse mais tempo, podia dar inúmeros exemplos disso, incluindo o cargo de “*patronage minister*” que se dava ao ministro britânico que tinha como tarefa vender cargos, ou a legalização da corrupção através da formalização dos “lobbies” nos EUA. Mesmo ao nível do próprio auxílio ao desenvolvimento sabe-se da chamada “Beltway banditry” (a máfia da circular) que recebe uma boa parte dos contratos da USAID para já não falar de gatunos como Suharto na Indonésia ou Park na Coreia do Sul que tiraram os seus países da miséria.

Finalmente, o terceiro equívoco tem um pouco a ver com uma certa visão escatológica das coisas, uma visão, portanto, que parte da ideia de que a história tem um fim e que se pode chegar lá com a intervenção para o desenvolvimento. Alcançado esse fim não se faz mais nada senão viver-se felizes para todo o sempre como nos contos de fadas. O problema deste equívoco é que ele ignora o sentido em que muitos dos problemas que os países em desenvolvimento enfrentam são, na verdade, o resultado da forma como reagem à intervenção para o desenvolvimento. A indústria do desenvolvimento parte sempre da ideia de que qualquer que seja o momento da sua intervenção, essa intervenção é sempre anterior a tudo. Por exemplo, em Moçambique os problemas de desenvolvimento que temos não são apenas de integridade pública, analfabetismo, opressão da mulher, etc. São também problemas que têm a ver com o facto de a luta contra a corrupção produzir os combatentes contra a corrupção que precisam de se reproduzir (com toda a cadeia fractal que a cultura da denúncia, do sensacionalismo, do chamado “jornalismo investigativo”, da indignação, etc. trazem consigo); que a educação aumentou expectativas (para usar

a linguagem das teorias da modernização dum passado longínquo...), expectativas essas que colocam exigências sobre o Estado (greve dos médicos, problema de habitação para jovens, etc.).

Não existe o “pós-desenvolvimento”. Existe, isso sim, a criação constante de problemas que exigem de todas as sociedades a capacidade de os resolver. O maior desafio que Moçambique enfrenta na frente do desenvolvimento é justamente este, nomeadamente aumentar a sua capacidade de lidar com os problemas criados pelas soluções do desenvolvimento. Sem querer interceder a favor de ninguém posso dar dois exemplos simples. A telefonía móvel e a electricidade de Moçambique. Em ambos os casos, os problemas não são necessariamente da falta de meios de comunicação ou da falta de electricidade. São problemas de garantir a manutenção e o fornecimento regular desses serviços, de responder às novas necessidades que nascem com a posse desses (ou acesso a) esses bens. A pressão política para que mais gente tenha acesso à electricidade pode desestabilizar a prestação de serviços (as pessoas depois vão reclamar zombeteiros se Cabora Bassa é mesmo nossa, ou não...). Podia também ter falado do surgimento duma classe média, cujas preocupações e anseios estão cada vez mais a influenciar de forma negativa a agenda política nacional.

A ideia do desenvolvimento é profundamente problemática. É dela que vem a trivialização do político. Ela assenta, no fundo, na rejeição da política. Ela tem horror à política, razão pela qual em todos os países por onde a indústria do desenvolvimento passa o maior investimento não é feito no reforço da política (que é vista com muita desconfiança), mas sim no reforço de tudo quanto é técnico e alérgico à negociação (apoio directo orçamental...).

V

O Estado (importado)

A aversão pela política que é característica da ideia do desenvolvimento tem os seus alicerces num paradoxo relacionado com o próprio Estado.

O Estado, no contexto discursivo da indústria do desenvolvimento, virou o instrumento de desenvolvimento. Um país é país porque tem Estado (a exceção que confunde aqui é a Somália), isto é, um aparato institucional com funções executivas. Enquanto que no Ocidente o Estado é cada vez mais visto como o garante dos direitos dos indivíduos, nos nossos países a sua função é sempre articulada com a garantia do bem-estar social através do desenvolvimento. Toda a discussão que anda aí sobre o Estado em África – estados falhados, colabidos, fracos, etc. – é uma discussão que olha para o Estado na perspectiva do desenvolvimento e o julga a esse nível. Mas há aqui alguns equívocos grandes que me parecem responsáveis pela nossa incapacidade de domesticar a importação que é o Estado moderno. Esses equívocos têm a ver com a idealização da evolução do Estado na Europa, uma idealização que comprime criminosamente a sua história e nos dá como referência algo extremamente artificial que não nos dá a verdadeira dimensão do desafio que enfrentamos nos nossos esforços de construção do Estado. Explico-me.

O primeiro equívoco consiste em ver no Estado moderno ocidental a pré-condição do desenvolvimento. Refiro-me aqui a uma relação temporal. Para que a Europa se desenvolvesse foi necessário que o Estado assumisse certas características (funcional, íntegro, etc.) que uma vez no lugar tornaram o desenvolvimento possível (este é um pouco o argumento de Acemoglu e Robinson que eu considero equivocado, sem sustento empírico e circular). *É por esta razão que costumo dizer que para Moçambique se desenvolver tinha que já ser desenvolvido.* Confunde-se o efeito com a causa. Uma leitura cuidada da evolução do Estado moderno mostra que o conjunto de problemas que exprimem a sua disfunção em África também acompanhou o processo na Europa. Esses problemas ficaram sob controlo (não desapareceram) quando esses países atingiram um certo nível de desenvolvimento, não antes.

O segundo equívoco vai um pouco na mesma linha. No discurso do desenvolvimento imagina-se o sucesso económico e político europeu (ou ocidental) como o resultado dum projecto elaborado em algum momento preciso no passado (estilo estudos prospectivos do PNUD...) e que a sua implementação conseqüente teria produzido. O Estado, nessa concepção, é visto também como algo que foi construído a propósito e à

medida do tipo de problemas com os quais as nações se confrontam. É aqui onde se comprime a história de forma criminosa. Como o historiador Charles Tilly uma vez disse ao analisar dois séculos de protestos e contestação na Europa, *a democracia foi um resultado accidental desses processos*, e não o objectivo pelo qual houve protestos. Isto é importante porque temos a tendência particularmente problemática de idealizar demasiado o resultado (democracia) a partir do que pensamos ter sido o processo. É o próprio Charles Tilly que escreve que não conhece nenhuma democracia que não tenha sido desproporcionalmente dominada por um grupo pequeno de homens em detrimento de minorias e maiorias. Até aos anos 60 uma parte significativa da população americana lutava pelos seus direitos cívicos, como todos nós sabemos. Na Suíça só nos anos 70 é que as mulheres ganharam o direito de voto. Com isto não quero de modo nenhum diminuir os feitos destes sistemas democráticos, nem mesmo dizer que também nos podemos permitir o luxo de fazer as coisas paulatinamente. Quero tão somente destacar a importância dum melhor entendimento do contexto histórico dentro do qual certos resultados foram alcançados.

A relação natural que vemos hoje entre o estado moderno e a cidadania não é assim tão natural. No período medieval, altura em que estes assuntos ganharam importância crucial na Europa, sobretudo com a recuperação não só do direito romano como também do pensamento aristotélico, fazia-se uma distinção muito clara entre o direito natural sob forte influência do que Tomás de Aquino escrevera acerca da liberdade como a condição de ser livre de dominação para poder agir por vontade própria (em função do qual as pessoas eram naturalmente livres) e o direito político (isto é da cidade) que não garantia a liberdade, nem direitos, mas apenas a prerrogativa de auto-governo dentro dum contexto em que a soberania permanecia nas mãos do Rei ou do Imperador. Mesmo autores como Nicola Machiavelli ou Thomas Hobbes, hoje festejados pelo trabalho conceitual que fizeram em relação ao Estado moderno, não tinham como preocupação formular a ideia do Estado na perspectiva de garantia de liberdades como hoje as entendemos. Machiavelli insistiu na virtude (como o fizeram muitos outros, dentre os quais Jean Bodin, Grotius, Annaesius, etc.) como o principal valor a ser cultivado na “república” enquanto que Hobbes viu o Leviatã como um contracto entre o indivíduo e a comunidade, isto é o

indivíduo penhorava a sua liberdade natural (no sentido tomista) em troca da segurança da comunidade política.

Uma confissão: É verdade que digo tudo isto para exhibir um pouco as minhas leituras. Mas é também para aproveitar a deixa para lamentar que haja pouca reflexão entre nós sobre esta relação tão importante. Apesar de dizer que a democracia não é o resultado de nenhum projecto específico de democratização na Europa reconheço a importância da reflexão sobre esse assunto, uma reflexão que é de longa data e que é tão importante quanto foram as instituições criadas. No nosso país não temos este hábito. Para nós o Estado, o Direito, certos valores e por aí fora são coisas que damos por adquirido. É quase tudo mecânico e reflecte-se na qualidade do debate público quando pessoas formadas em direito, por exemplo, apresentam grandes dificuldades em reflectir os princípios filosóficos por detrás da concepção de justiça com a qual nos comprometemos quando adoptamos uma constituição dita democrática. Sabem interpretar as leis, mas não vão para além disso e, pior, não conseguem articular isso com concepções locais de justiça, de propriedade e mesmo de integridade. O Presidente da República falou sobre isto recentemente na Unilúrio.

Os riscos que corremos com esta romantização do processo que produziu a democracia na Europa (e a aparente relação ideal entre o Estado e o cidadão) são particularmente visíveis no que direi mais tarde sobre a própria história de implantação do Estado entre nós. Por enquanto, importa ainda enfatizar um aspecto muito importante. Como já o disse o filósofo esloveno, Zizek, com o fim da guerra fria está a ficar cada vez mais claro que a relação natural que se imputava ao capitalismo e democracia não é assim tão evidente. Da mesma forma que a democracia foi o resultado inesperado de lutas sociais, o desenvolvimento também foi o resultado dessas lutas (daquilo que Karl Popper, William Easterley, entre outros, chamam de “piecemeal engineering” ou James Scott chama de razão “mestiça”...). Nada garante, na qualidade de instituições que existem no Ocidente, no tipo de pessoas que se tem lá, que esses processos não se reverbem, mesmo se isso parece inconcebível neste momento. Acreditar na irreversibilidade do desenvolvimento (e dos ganhos da democracia) é uma empreitada muito arriscada. Só muito recentemente começamos a ganhar sensibilidade para isto com a devastação causada pela crise

financeira, mas também pelo excelente trabalho de reflexão feito por gente que trabalha sobre a incerteza, dentre os quais destaco o iconclasta Nicholas Nasseem Taleeb que nos alertam constantemente contra o problema da indução.

Mas com estes reparos o que quero mesmo destacar é a importância da política como o principal desafio que enfrentamos no nosso próprio processo de desenvolvimento. Não estamos perante o desafio de saber que tipo de mentalidade precisamos nos nossos funcionários públicos, nos nossos políticos, nem perante o desafio de sabermos que tipo de política económica é a mais acertada ou que tipo de intervenções sociais precisamos de fazer para nos desenvolvermos. O desafio é de saber como integrar o desafio do desenvolvimento no próprio processo político de modo que não vença necessariamente a melhor solução técnica, mas sim a solução que conseguiu reunir mais consensos na sociedade. É neste sentido que entendo o apelo que Carlos Nuno Castel-Branco tem lançado, por exemplo, quando ele fala da necessidade de vontade política. A vontade política não é algo que a gente veste assim como a gente veste roupa. A vontade política surge no próprio processo político de discussão e debate, de conflito de interesses, de relação de forças, etc. Ela não é, em minha opinião, um pre-requisito para uma boa política. A vontade política é a definição do espaço político ele próprio.

Mas é neste ponto onde surgem os maiores desafios. É sobre isso que me vou debruçar agora também em jeito de conclusão.

VI

A implantação do Estado

Não me vou alongar muito porque o essencial do argumento está contido na minha contribuição para a edição deste ano do *Desafios para Moçambique*. O que pretendo destacar é apenas a difícil relação que existe entre o estado e a cidadania em Moçambique. O processo histórico que produziu Moçambique impeliu-nos na direcção dessa difícil relação. Resolver, ou melhor, formular esse problema com clareza é o desafio que esta conferência poderia tentar enfrentar.

Quando se fala do Estado como algo importado entende-se muitas vezes que estamos perante uma instituição não africana que, em virtude disso, só pode criar problemas. Não é esse o sentido em que eu entendo o desafio. Domesticar o Estado para as condições locais africanas não significa para mim encontrar subsídios filosóficos locais que ajudem a formular uma concepção nossa de Estado. Domesticar o Estado significa para mim reconhecer as características que ele assumiu no nosso contexto e as suas limitações. Ao contrário da Europa onde o Estado nasceu da confrontação entre instituições hegemónicas fortes como a igreja e os reis e principados, por um lado, e cidades, vilas e comunidades por outro lado, em África o Estado entrou em cena já dominante. Esta posição dominante conduziu a uma relação desigual com o indivíduo na medida em que este esteve sempre desprovido dum colectivo capaz de contestar o poder do Estado. É claro que podemos contrapor aqui a autoridade tradicional, as igrejas, as etnias e, talvez também, os grupos socio-profissionais. À excepção da autoridade tradicional e das etnias que teoricamente beneficiariam duma certa territorialização, os outros contra-pesos (igrejas e grupos socio-profissionais) tinham um poder demasiado difuso para se manifestar como alternativa ao poder do Estado. E mesmo as etnias e a autoridade tradicional só num sentido residual (e romantizado) é que poderiam ser vistas como contra-peso, pois elas próprias foram sempre enfraquecidas por dentro através da deserção dos seus membros por via da mobilidade social. Basicamente, a relação entre o Estado e esses potenciais grupos foi sempre de co-optação, o que sempre colocou o indivíduo numa posição bastante vulnerável, posição essa que explica, talvez, a natureza espontânea, catárquica e até violenta do protesto.

Nestas circunstâncias, a lógica que tem dominado a relação entre o Estado e o cidadão tem sido uma lógica de tutela, primeiro com o governo colonial português que através do Regulamento do Trabalho Indígena formalizou essa relação tutelar, depois com o governo da Frelimo revolucionária que através do seu projecto de transformação socialista se outorgou o direito de liderar o povo e finalmente agora com o discurso do desenvolvimento que reduz o indivíduo à condição difusa de “população”, isto é de massa informe que precisa de ser conduzida e trazida à felicidade. Esta lógica de tutela é particularmente virulenta quando se apresenta em forma de lógica de poder daquilo que alguns estudiosos chamam de paradigma dos movimentos de libertação no

poder. Trata-se duma lógica de poder que consiste na ideia de que a legitimidade do poder advém do facto de alguém ter libertado os outros (Frelimo) ou trazido a democracia (Renamo). É essa lógica que permite que dois interesses particulares negoceiem a paz entre si como se da paz no país se tratasse, que aprovem leis de amnistia entre si sem darem às pessoas lesadas o direito (civil) de processarem aqueles que lhes destruíram os seus bens ou tiraram a vida aos seus entes queridos. Tudo isto é apresentado, naturalmente, como algo que é absolutamente necessário para que se alcance a paz, mas o que esconde é justamente a falta de respeito que a lógica do poder subjacente tem pelo indivíduo e, naturalmente, a extrema vulnerabilidade do indivíduo em relação à arbitrariedade do poder estatal. Espero que não entendam estas palavras como rejeição do entendimento alcançado pelo Governo e pela Renamo. O meu objectivo é apenas de chamar a vossa atenção para o que ele revela em relação à concepção dominante de Estado no nosso país. Contrariamente ao que pensa o prelado da Beira, o nosso problema não é dos beligerantes. É o problema duma concepção de Estado que é hostil à cidadania e, por via disso, hostil à própria política.

Tal como na lógica da indústria do desenvolvimento, o processo político vira apenas expediente de quem tem poder ou pode influenciar o poder. Não é o lugar onde o país se constitui como comunidade de debate. Não há Cícero aqui e sua ideia de cidadania baseada na razão e na retórica; não há Aristoteles e sua ideia duma cidadania baseada na moderação; não há o espírito de *b'andhla*, aquele lugar da palavra através do qual as nossas comunidades locais se reproduziram ao longo dos anos. Há apenas a razão instrumental disposta a sacrificar o indivíduo no altar de interesses baseados numa razão manipulativa, isto é numa razão que faz de nós artefactos da vontade alheia de poder e, pior ainda, uma razão que projecta sobre nós problemas que só ela e mais ninguém pode resolver.

VII

É por tudo isto que volto a dizer, em jeito de conclusão, que a discussão do tema “Estado, Recursos Naturais e Conflitos: Actores e Dinâmicas” não passa necessariamente pela discussão da melhor política

económica, nem pela reflexão sobre o melhor arranjo institucional, muito menos pela adopção de melhor mentalidade. A discussão passa por uma reflexão profunda sobre o que significa fazer política, porque tudo na nossa vida é política e que saídas é que nos são proporcionadas pelo tipo de cultura política que define o nosso país. Tudo isto requer um reconhecimento da maldição que é o Estado entre nós, um reconhecimento, obviamente, que não implica necessariamente que tenhamos de escangalhar o aparelho de estado como já pretendemos num passado não longínquo, nem mesmo que tenhamos de procurar por subsídios vernáculos para o concebermos de novo. Não. Reconhecer a maldição que este Estado é significa acima de tudo prestar atenção ao seu lado mais nocivo, nomeadamente a forte capacidade que ele tem de trivializar o político, o único garante que há de desenvolvimento se desenvolvimento é mesmo o que queremos.

Vou terminar com um gesto de boa vontade. Vou citar Marx. Refiro-me ao Marx do 18 do Brumário, o Marx que comenta sardonicamente o desabafo de Hegel quanto ao facto de a história se repetir. Sim, a história repete-se, primeiro como tragédia e depois como farsa. Essa é a história do Estado em Moçambique. Primeiro como tragédia no período colonial e no governo da Frelimo gloriosa; depois como farsa no período do desenvolvimento.

Muito obrigado.